

O Congresso e a vida

Apesar de todos os alertas, o Planalto insiste até agora em manter a redução das verbas para a Saúde, ao não incluir o setor entre aqueles cujas verbas são "incomprimíveis". A esperança do ministro de que a MP 422 resolvesse o problema foi vã; a MP manteve a Saúde como setor passível de compressão. Até agora, a retificação prometida não chegou ao Congresso. A MP 422, ao mesmo tempo, proíbe o

Apesar de todas as advertências, a área da saúde não merece atenção do Executivo

Ministério da Fazenda, porém, considera "comprimível" a verba do Ministério da Saúde e cortou-a para US\$ 9,05 bilhões!

Como primeira consequência desse corte, os 5 mil hospitais que mantêm convênio com o Sistema

Único de Saúde ainda não receberam o total dos serviços prestados em dezembro, porque o ministério só dispunha de CR\$ 42 bilhões, enquanto a dívida com os hospitais era de CR\$ 180 bilhões. Boa

parte dessa quantia foi resgatada no fim de semana. Até quando, porém, os hospitais poderão trabalhar nesse sistema de ser credores de dinheiro que se desvaloriza cada dia? Na medida em que há muito tempo ocorrem atrasos e cortes de verbas, os hospitais reduzem leitos para fazer de conta que funcionam. É preciso lembrar que de 1980 a 1990 a população brasileira cresceu 24%, enquanto a oferta de leitos em hospitais públicos ou conveniados aumentou 1,64%! Nada foi muito diferente no setor privado, com um crescimento na oferta de leitos, no mesmo período, de apenas 5,7%.

Em 1990, o orçamento do Ministério da Saúde foi de US\$ 12,6 bilhões. No ano passado, segundo informações do ministro Henrique Santillo, logo depois de sua posse, não chegou a US\$ 6 bilhões. Não é difícil explicar, em tais condições, por que também no ano passado o número dos cardiopatas mortos nos hospitais públicos brasileiros subiu 42%.

Nem mesmo o aumento de mortes foi suficiente para alterar o conceito do que é prioritário. Mas os que pensam em suas carreiras políticas devem meditar sobre o conteúdo da MP 422. Destinar outra vez à Saúde US\$ 21 per capita, como no ano passado, terá o seu doloroso preço, que será pago pelos humildes. Haverá parlamentares e burocratas do Executivo dispostos a compartilhar da sorte dos abandonados? Não está mais do que na hora de tornar "comprimíveis" alguns itens orçamentários e liberar o da Saúde? Se não for pelo bom senso, que seja ao menos por puro instinto de sobrevivência eleitoral. Quem sobreviver aos atuais equívocos orçamentários sem dúvida agradecerá.

Na primeira semana de dezembro, a direção da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, em São Paulo, em cuja UTI pediátrica ocorreram no último mês do ano nada menos de 25 mortes, comunicava à Secretaria da Saúde paulista que vinha recebendo um número de pacientes muito superior à sua capacidade de atendimento. De pouco adianta discutir quantas dessas mortes se explicam por infecção hospitalar, conforme denúncia do sindicato dos médicos. Todos admitem que o número de óbitos é impressionante, e qualquer profissional de saúde sabe a verdadeira causa deles.

A palavra misericórdia não é uma força de expressão no nome daquele hospital! Essa instituição não pode rejeitar paciente e é a última a "fechar as portas" por falta de tudo, quando os outros hospitais, inclusive os públicos, já o fizeram. Quando o ministro da Saúde vai ao Congresso para pedir que passem a considerar os gastos com saúde no item de despesas "não comprimíveis", a palavra e o pedido não são mera força de expressão. O Ministério da Saúde precisa, para manter a assistência médica aos brasileiros, de US\$ 14,36 bilhões por ano. Os que consideram essa quantia exagerada devem dividi-la pelos 150 milhões de brasileiros e depois lembrar que o Banco do Brasil gastou, em 1993, nada menos de US\$ 5,6 bilhões para pagar os salários de seus 120 mil funcionários. O Mi-